



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 58**

Sessão Ordinária de Dezembro

3.ª Reunião de 05-01-2004

Aos cinco dias do mês de Janeiro de dois mil e quatro, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e pelo Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Nuno Rosa da Silva Barata, José da Cruz Costa, António Fernandes Ribeiro Martins, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Maria Isabel Almeida Velada, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Rita Vasconcelos Dias Pinho e Melo, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, João Carlos Martins Valente, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel da Silva Martins, Fernando Vieira Ferreira, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Jorge Manuel do Nascimento, António Manuel de Carvalho Serra Granjeira, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Joaquim dos Santos Abreu, António Manuel dos Santos Salavessa, Diamantino Laranjeira Simões Jorge e Manuel Arede de Jesus.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias de Pinho e Melo, Liz Miguel Marques da Silva, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Rui Manuel Pereira da Costa, Vítor Manuel Simões Dias e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e os Vereadores Lusitana Maria Geraldês da Fonseca e Joaquim Manuel Silva Marques. A Vereadora Marília Fernandes Correia Martins entrou na sala às 21:30 horas e saiu às 22:30 horas.

O Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia, nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, da substituição nesta reunião, dos Vogais Maria Teresa Fidélis da Silva, Jaime Simões Borges e Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, por Nuno Rosa Silva Barata, António Fernando Ribeiro Martins e Rita Vasconcelos Dias Pinho e Melo, respectivamente.

Ainda nos termos da legislação em vigor, informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Manuel Júlio Braga Alves e Armando Manuel Dinis Vieira, fizeram-se substituir, nesta reunião, por Paulo Jorge Teixeira de Jesus e Firmino Marques Ferreira, respectivamente.

Seguidamente o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento ao plenário do pedido de “Renúncia ao Mandato” da Vogal Maria da Conceição Seixas de Almeida, lugar que passou ser preenchido pelo sucedâneo na lista de candidatura, António Manuel de Carvalho Serra Granjeia.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

## **PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.**

*(O texto da Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros desta Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo.)*

No uso da palavra, o Presidente da Câmara remeteu para a Comunicação Escrita a introdução aos assuntos abordados, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

### Membros da Assembleia

Vogal António Granjeia (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

*“Começava por desejar a todos um bom ano de 2004. O Sr. Presidente deu recentemente uma entrevista a um jornal local que eu gostaria de comentar e se me permite de reflectir sobre algumas das suas afirmações.*

*O Sr. não pode acusar a Oposição de não ser séria nas suas críticas. Aliás, reconhece-lhe esse mérito nessa mesma entrevista.*

*Nós temos aprovado tudo aquilo que achamos necessário, correcto e positivo para Aveiro. O que nós não podemos corroborar é a excessiva despesa municipal e o endividamento cavalgante a que tem sujeitado a cidade que o fez voltar de Bruxelas. Portanto, Sr. Presidente, para os aveirenses que têm sentido de responsabilidade é importante falar das contas da CMA.*

*Não se pode falar de investimentos sem nos preocuparmos como os vamos pagar.*

*Não se pode falar apenas de investimento sem nos preocuparmos acerca da sua rentabilidade produtiva.*

*Não se pode falar apenas da necessidade de aumentar a receita sem entendermos onde ela vai ser gasta.*

*Começamos então pela receita da CMA. Nós não somos contra o aumento de receitas da CMA — nunca o fomos. Somos contra que ela aumente sobretudo à custa dos bolsos dos contribuintes aveirenses, à custa dos fornecedores da Câmara e das empresas que lhes estão adjacentes.*

*Somos contra que aumento despesista sem regra, signifique por via da inevitável taxaço suplementar, a degradação das condições de fixação de novas empresas e em geral da competitividade de Aveiro perante outros concelhos com Presidentes com uma visão estratégica mais pragmática e menos propagandística.*

*Somos contra que a receita aumente porque o Senhor não sabe programar o investimento e controlar a despesa. Para si a receita não é perspectivada tecnicamente, mas é apenas tratada reactivamente, por consequência. Infelizmente segue a estafada norma socialista: gastei, gastei e agora preciso de receita — a chamada técnica do buraco!?*

*A julgar pelos paupérrimos dados que o senhor fornece nas comunicações escritas a esta Assembleia, a receita neste ano aumentou de mais 23 milhões de euros — dos quais 5 milhões de euros nas receitas correntes!?! Ou seja, aumentou em 38%!*

*Os aveirenses foram generosos consigo, as empresas de Aveiro mesmo depois maltratadas com impostos ajudaram-no — mas estamos fartos das suas taxas máximas. Alias, com esta forma reactiva de funcionamento a taxa máxima aconselhada era 100%.*

*Falando dos “dados” que nos fornece Senhor Presidente, eu não sei se é obrigatório por lei o Senhor facilitar estes dados e desta forma. Mas, Senhor Presidente, ficar-lhe-ia bem, e seria igualmente condizente com a tradição democrática aveirense, que o Senhor tanto gosta de invocar, apresentar alguma coisa que se visse, em que se pudéssemos trabalhar. Eu nem quero pensar que estes “dados” sejam apresentados desta forma para nos impedir de ter uma acção de fiscalização democrática.*

*E já agora fornecê-los em formato digital, uma vez que somos apregoadamente uma Cidade Digital — seremos? Na gestão municipal ainda não somos de certeza!*

*Senhor Presidente vamos agora aos dados:*

*A execução orçamental previsível é mais uma vez uma lástima — próxima dos 50%!?*

*Continuam a crescer os indicadores negativos. A receita de capital vai ser mais uma vez quase o dobro das receitas correntes.*

*Mas o que é grave, é que para além de estar a delapidar património municipal, estes valores da receita são basicamente resultantes de pedidos de empréstimos a longo prazo, prejudicando o futuro do nosso concelho — representam 60% da receita total!*

*Já uma vez lhe mostrei aqui como o CDS fazia e não tínhamos maus resultados, pelo menos durante 20 anos. Continua a não ouvir a oposição, mas ouve-se a si próprio — já não é mau. É sinal que não é surdo, mas que é teimoso e distraído neste particular.*

*A Dívida. A dívida de curto prazo é de 37,5 milhões de euros — aumentou no último ano 19,5%!*

*Mas a dívida real (o que tem de pagar de facto) é de 45,8 milhões de euros — essa aumentou 27,9%!?*

*O Senhor reconhece apenas 25 milhões de euros! É falso. E não fica bem a um aveirense como o Senhor também não saber fazer contas — como um antigo Primeiro-Ministro. Esta moléstia pelos vistos pega-se!*

*Também erra na dívida de longo prazo: são 60 milhões de euros — e senhor acha que são 50 milhões. Enganou-se num total de 22,5 milhões de euros; ou seja 4,5 milhões de contos!?*

*Senhor Presidente, afinal quanto deve a Câmara que o Senhor preside?*

*Caso não saiba ainda, a Câmara Municipal de Aveiro deve um total 97,5 milhões de euros; ou seja quase 20 milhões de contos! Mesmo que a taxa de endividamento permitida por lei seja consigo generosa, este dinheiro a Câmara vai ter de pagar.*

*Mas Senhor Presidente e voltando ainda à dívida, esta continua a subir mesmo depois dos desajustados programas falhados para o seu controlo! E esses foram da exclusiva responsabilidade deste Executivo Socialista. Não se engane mais. O bom-senso aconselha-o a ser verdadeiro. Os números falam por si e são indesmentíveis. Eles têm sido apresentados sempre de forma diferente nas Comunicações Escritas do Senhor Presidente!*

*Tal não abona a seu favor: ou o Senhor Presidente anda perdido e não conhece os números ou não quer ser alvo da fiscalização democrática desta assembleia — e, em última instância, dos aveirenses que têm vindo a financiar os seus desvarios. E que por este andar ficarão a pagá-los por muitos e bons anos.*

*Não há assim e por uma destas duas infelizes razões, uma informação mais detalhada sobre a execução orçamental. Mas, mesmo assim, a dívida de curto prazo da Câmara Municipal está a níveis insustentáveis e asfixia os agentes económicos locais. O senhor segue um programa de pagamentos próprio e pessoal prejudicando o normal funcionamento do mercado. O Senhor intervém no mercado como o juiz da desgraça ao não cumprir qualquer plano de pagamentos programado e ceder aos interesses dos mais fortes ou das suas necessidades políticas de conclusão de obras.*

*O Senhor é bom mesmo é a gastar o dinheiro dos fornecedores e a arranjar encargos com leasings — nisso o Senhor é mesmo bom. Esses são de facto os indicadores que têm crescido. Quer exemplos? Fornecedores: aumentou 69,5% e deve agora 12,9 milhões de euros; Empreiteiros: aumentou 30,4% e deve agora 13,8 milhões de euros; Juntas freguesia: aumentou 27,4% devendo agora 300 mil euros; Terrenos: aumentou 45,3% devendo agora quase 1 milhão de euros; Pessoal: (presumo serem contratados) aumentou 100% e deve agora cerca de 1 milhão de euros. O Senhor deve 1 milhão de euros a pessoas que deram o seu trabalho à Câmara ou estamos perante mais um caso de opacidade e confusão contabilísticas?*

*Serviços Municipalizados: aumentou 6% devendo agora 11,5 milhões de euros. Total da dívida 45,8 milhões de euros - 8,3 milhões de euros = 37,5 milhões de euros.*

*Como Socialista manifesta pouca ou nenhuma preocupação com as prestações sociais. Vejam nós só temos acesso aos valores dos Serviços Municipalizados (que até agora são normalmente bem geridos) que mostram a tendência dos números. Na Câmara Municipal o cenário só deve ser pior. Se não fosse o Senhor Presidente da Câmara tinha respondido aos meus requerimentos. Por exemplo, sobre a ACASA? Quem não responde ignorando as obrigações de fiscalização dos membros da Assembleia e desrespeitando a lei, necessariamente concorda com estas observações.*

*As dívidas à ACASA e ADSE aumentaram num ano 12% devendo agora 601 milhões de euros. Sobre este ponto pergunto, deve quanto à ACASA? Fala-se em 1 milhão de euros!? É verdade ou não? Desafio-o a dizer quanto. Não o preocupa, que essa sua incontinência financeira afecte de forma directa os aveirenses e em particular os seus funcionários? Incontinência financeira — todos percebem o que quero dizer.*

*Referindo as contas dos Serviços. Dívidas ao Estado existem agora e somam 101 mil euros — ao contrário do ano passado que eram nulas. Estas dívidas são de IVA, IRS e Segurança Social. Se houvesse Execuções Fiscais como nas empresas, imagine-se as páginas dos jornais que a Câmara ocuparia! Esta é a grande preocupação social e a medida do empenhamento desta Câmara nos problemas sociais?*

*Mas, o cúmulo dos cúmulos! O exemplo supremo da equidade e da justiça fiscal socialista é esta: aumentam-se as taxas da água aos munícipes e deixa-se de pagar a água à Associação de Municípios do Carvoeiro!? A dívida aumentou 28,7% devendo agora 1,7 milhões de euros, ou seja mais 400.000 contos.*

*Senhor Presidente percebe agora porque é que estamos preocupados com as dívidas que o senhor fez na Câmara? Tenho dito.”*

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

*“Senhor Presidente, Senhores Deputados. Ao fim de seis anos de presidência do Dr. Alberto Souto e nalguns casos de presença de alguns deputados da Assembleia Municipal, é normal que haja assuntos que sejam recorrentes. E seja até a voz doer, seja de preferência até às situações serem devidamente alteradas e corrigidas com certeza que esse tipo de assuntos voltará a ser abordado na Assembleia.*

*Um dos assuntos recorrentes é a informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara. O Senhor Presidente da Câmara, ultimamente, tem optado por esta maneira especial de prestar contas da actividade municipal, que é a de nos fornecer um volume com quantidade relativa de informação, com alguma quantidade de informação e com uma síntese assinada pelo próprio sem se querer alongar, sem querer destacar — colocando-se à disposição da Assembleia. Eu não digo que é uma forma incorrecta ou ilegítima. Não será isso de abordar*

*este ponto da Ordem de trabalhos, mas parece que seria muito mais adequado que o Senhor Presidente fizesse uma exposição em que destacasse este ou outros pontos que entendesse, da actividade desenvolvida pela Câmara desde a última Sessão Ordinária da Assembleia Municipal — que é disso que se trata. Portanto, prestar uma informação sobre a actividade da Câmara desde a última sessão da Assembleia Municipal. E, daquilo que nós recebemos, principalmente na parte que é assinada pelo punho do Senhor Presidente, uma boa parte não é a prestação de contas da actividade da Câmara, não é uma informação sobre a actividade da Câmara. É em boa parte falar de coisas que hão-de ser. Coisas que hão-de vir e aliás (o que é curioso até) um dos pontos dessa comunicação escrita é como que uma introdução aos trabalhos da própria Assembleia.*

*Portanto lendo, quem não tivesse lido a ordem de trabalhos, pela comunicação do Senhor Presidente ficava a saber que temos o Plano e Orçamento para discutir na Assembleia, que temos um conjunto de outras questões que estão na ordem de trabalhos e que todos sabemos que vão ser discutidas. Portanto, não me parece ser essa a abordagem correcta. Só no ponto três entra na informação propriamente dita! Sobre isso algumas notas, uma delas já foi referida pelo Neto Brandão, que é as queixas sobre o Teatro Aveirense. Até que ponto, quem é responsável? Acho que é preciso apurar responsabilidades. Para além das questões acústicas, quem é o responsável pela má execução das obras? Agora, ao nível do espaço, da falta de visibilidade, etc., como é que é possível investir-se tanto sem haver todo o cuidado que deve existir em obras deste tipo!?*

*O Senhor Presidente fala de questões ou introduz questões que são mais ou menos do conhecimento geral: do Plano de Urbanização de Aveiro Polis. Eu aqui refiro mais uma vez que este Plano de Urbanização de Aveiro Polis, foi para discussão pública e concluiu a sua discussão pública sem que a Comissão de acompanhamento tivesse sido convocada nos meses mais recentes para sobre ela se pronunciar — enquanto Comissão de acompanhamento. É evidente que os membros da Comissão de acompanhamento podem ir às sessões promovidas pelo Aveiro Polis, podem ir às sessões promovidas pela Câmara, mas isso não significa uma reunião da Comissão de acompanhamento. Portanto, acho que é negativo que há largos meses e principalmente nesta fase de conclusão dos trabalhos, que a Comissão de acompanhamento não tenha reunido.*

*Mas, nem uma palavra sobre a revisão do Plano Director Municipal e nem uma palavra na Comunicação do Senhor Presidente sobre o Plano de Urbanização da Cidade e que está ainda por aprovar.*

*Entendo Senhor Presidente, que quando se junta uma informação departamento a departamento, das questões essenciais desenvolvidas por cada departamento, fica a faltar sempre uma questão que é uma questão central: a actividade da Câmara enquanto Câmara, mas também a sua actividade política — a sua actividade mais importante.*

*Eu dou dois exemplos. Não se faz qualquer referência ao protocolo assinado com a Administração Regional de Saúde, em que a Administração Regional de Saúde se compromete com a construção dos Centros de Saúde de Esgueira, Cacia e São Bernardo e a Câmara se compromete com a conclusão das obras de Santa Joana. Este tipo de informação foi repescada nas actas da Câmara e devia em meu entender fazer parte da Comunicação. Tal como deve fazer parte da Comunicação, conforme a Lei, conforme o Regimento, a actividade desenvolvida pela Câmara nas Empresas Municipais ou outras Entidades. Enviar um conjunto de dados sobre a situação económica e financeira das empresas (embora fosse bom oferecer uma lupa), a acompanhar a Comunicação (dado que alguns dos dados estão de facto com um corpo de letra praticamente ilegível) de nada serve.*

*Aquilo que a Lei e o Regimento pede é uma informação sobre a “actividade”. Nós temos aqui informação sobre a TransRia (números e números), mas o Senhor Presidente esqueceu-se de incluir na sua informação uma coisa que para mim é essencial — a informação de que*

*a Câmara comprou a quota da Junta de Freguesia de São Jacinto e que a juntou à quota da Câmara prevendo a “empresa de mobilidade”. Alterou os corpos gerentes etc., isso é que é informação sobre a actividade da Câmara nas empresas, isso é que é informação. Os números são só números, não são mais do que isso. Estes são dois exemplos respigados da falta de qualidade que em meu entender existe na Comunicação do Senhor Presidente.*

*Presidente da Câmara – naturalmente e penso que está no seu papel, repete uma vez mais um conjunto de obras que estão em execução e que por não serem concluídas se vão repetindo de informação a informação! Faz-se render a Praça do Peixe e outras obras que estão a correr.*

*Entretanto e penso que é chegado o momento Senhor Presidente, chamar à atenção para o seguinte: faltam seis meses para o Euro 2004, altura em que vamos estar mais ou menos (eu desejava que estivéssemos mais) baixo da atenção das objectivas de muita gente. E penso que era uma altura em que a cidade devia estar particularmente cuidada, devia de estar um brinquinho.*

*Portanto o que é que está previsto por esta Câmara para que a cidade possa de facto estar melhor do que está hoje em termos da sua imagem e em termos de alguns congestionamentos e de alguns obstáculos que por aí estão. E, que nos desse ideia, se a estação vai ou não vai estar pronta; se o túnel sobre a estação vai ou não estar pronto; se a reparação do viaduto de Esgueira sob o caminho-de-ferro vai ou não estar pronto? Enfim, toda uma série de coisas que hoje, para quem vem a Aveiro e passa por aí, dá uma ideia de coisas que estão remexidas, mas que era bom que se fizesse um esforço para a conclusão — além das pequenas coisas que são importantes.*

*Senhor Presidente, Senhores Deputados, sem apreciação, sem um comentário sobre a situação financeira, era impossível terminar esta intervenção. É verdade que já alguns elementos foram aqui aduzidos, eu não sei se a cartilha é a mesma ou se a fonte é a mesma porque num ou outro ponto há algumas diferenças de opinião ou de apreciação, em relação aos números que são apresentados. O que é facto, o que é incontornável, é que a dívida da Câmara (e eu vou-me debruçar principalmente sobre esse aspecto) aumentou tremendamente nos últimos meses!?*

*A dívida não financeira aumentou desde o início do ano passado (início de 2003) 10,8 milhões de euros. Atingindo, conforme se reconhece na Comunicação Escrita 34,3 milhões de euros em dezassete de Dezembro de 2003. Ou seja 6,86 milhões de contos. A dívida aumentou relativamente à informação de Setembro de 33.2 milhões euros para 34.3 milhões de euros! O valor de aumento desde 31 de Dezembro de 2002 é de 45% de aumento da dívida não financeira.*

*Como é que se pode avaliar esta situação de forma mais nítida? Pode-se dizer assim: nos 351 dias que mediaram entre 31 de Dezembro do ano passado e a data da Comunicação do Senhor Presidente, a dívida não financeira aumentou mais de 30 mil euros por dia (incluindo sábados, domingos e feriados) ou seja mais de seis mil contos por dia de aumento da dívida não financeira da Câmara municipal! E, apesar da dívida não financeira dos Serviços Municipalizados de Aveiro ter estabilizado desde o ano passado em valores na ordem dos 11 milhões de euros — são sempre mais 11 milhões de euros na dívida municipal. A dívida financeira (excluindo leasings), está situada na ordem dos 54,15 milhões de euros. Temos então um valor acumulado de 88,5 milhões de euros sem os Serviços Municipalizados e com os 17,7 milhões de euros dos Serviços, atinge os 100 milhões de euros. Bingo... 100 milhões de euros, vinte milhões de contos!*

*Veja Senhor Presidente, Senhores Deputados no que deram as 30 medidas para o saneamento financeiro na Câmara Municipal de Aveiro! Esta questão não é trazida pela nossa parte para massacrar. É para afirmar, que não se pode continuar a menorizar o problema e a fugir para a frente.*

*O problema da dívida não financeira é muito grave. E tal como aqui já foi dito, não se expressa apenas naqueles quinze ou vinte casos que vêm na informação escrita de recursos aos tribunais por parte dos credores para que a Câmara pague. Mexe com a actividade económica, cultural, social. Mexe com os próprios custos de fornecimento de bens e serviços à Câmara Municipal. Tem que existir uma estratégia e claramente não nos é dada qualquer pista quanto a forma de resolver este problema.*

*Talvez a diferença fundamental entre a minha intervenção e a intervenção que foi feita pelo CDS/PP seja a seguinte: seja a diferença que existe na Lei do Orçamento de Estado para 2004, relativamente à Lei do Orçamento de Estado para 2003. Ao contrário da Lei do Orçamento de Estado para 2003, a Lei do Orçamento de Estado para 2004 volta a admitir a realização de empréstimos para saneamento financeiro. Permitindo a Lei do Orçamento de Estado a realização deste tipo de empréstimos, penso que é altura para a Câmara resolver a dívida de curto prazo. Resolver os problemas que tem com os fornecedores e com as pessoas a quem deve. E já que tantas vezes é repetido que a capacidade de endividamento não está esgotada, transforme essa dívida numa dívida a médio longo prazo, terminando com o martírio dos credores – sejam eles pequenos ou grandes face à Câmara Municipal de Aveiro. Tenho dito.”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

*“Muito obrigado Senhor presidente. De uma forma sucinta, uma vez que com grande acuidade e substância quer a nossa bancada, quer a bancada do Partido Comunista, quer agora a bancada do Partido Social-Democrata, já puseram o dedo em algumas “feridas” onde ele devia ser claramente posto.*

*Mas começava reportando-me a uma intervenção que considero infeliz, porque ao seu nível, da bancada do Partido Socialista. Efectivamente, mesmo de bicicleta não nos calaremos como é evidente — mesmo de bicicleta. E também há bicicletas para dois, bicicletas para três, há triciclos, há tudo isso. Uns podem vir de bicicleta, outros podem vir de triciclo. Agora, de muletas, como esta Câmara e como essa bancada certamente que não viremos. Meus Senhores, coxos nunca mais andaremos certamente.*

*Isto para vos dizer e pegando na bicicleta, para começar por questionar directamente esta Câmara sobre quanto é que custou até à data o programa Buga? Foram vocês que me deram a ideia. Quanto é que custou até à data o programa Buga e qual o relatório de avaliação da criação desse programa. Quanto é que custou, quantas bicicletas têm função ou em serviço, ou no fundo da ria, ou na IP5, ou em Castelo Branco, mas quanto custou e o que valeu até agora este programa? É importante que se saiba. Até porque brevemente entrará a “guga”. O meu colega Manuel António Coimbra chamou-lhes “táxis marítimos”, o Senhor Presidente também chamou, mas eu já lhe chamaria a “guga” — a “gavota de utilização gratuita de Aveiro”.*

*Bom... isto prova claramente, que se nós bancada do CDS/PP, apresentamos (no entender da bancada do Partido Socialista e tal não me espanta) um discurso recorrente, isto apenas para explicar que outra coisa não seria de esperar de uma bancada coerente, como é óbvio. E outra coisa não seria de esperar em consequência ou como consequência, da actuação Camarária. O ano passado foi um bocadinho melhor e, portanto, as críticas que o ano passado foram feitas numa direcção e num sentido, este ano continuam a ter que ser feitas na mesma direcção e no mesmo sentido.*

*Mas infelizmente para nós e para Aveiro, temos que apresentar as mesmas críticas na mesma direcção e no mesmo sentido — e subindo o tom de voz, apesar de já ser tarde na hora.*

*Pontos concretos e muito rápidos, questões objectivas. Primeiro o Estádio: diz-se na comunicação que foi inaugurado, e foi. Dou daqui os parabéns à Câmara. Gostei da cerimónia da inauguração, já o disse até em declarações nesta mesma sessão ordinária de Dezembro, mas a inauguração está passada. Foi bonita. Acho que reforçou a imagem que Aveiro pretende passar com a construção do estádio municipal. Relembro que esse foi um dos projectos que esta bancada aprovou, aliás como todas nesta Assembleia e, portanto, também por aí pela própria boca não pode morrer o peixe. Também por aí está provado que quando entendemos que os projectos são fundamentais, são estruturais ou estruturantes para o futuro da cidade, votamos e votamos favoravelmente, este foi um deles.*

*Passada que está a inauguração, gostaria de perguntar se o Senhor Presidente da Câmara tem alguma ideia ou sabe se o Beira-Mar receberá o Gil Vicente já no novo estádio de Aveiro, sim ou não? Sim vai receber, não, não vai receber. E também gostaria de perguntar, seja qual for o sentido da resposta a esta questão, em que ponto está o protocolo que a EMA deverá ou deveria ou irá, ou não irá, assinar com o Beira-Mar! É preciso que estas dúvidas, mais uma vez digo nesta Assembleia, sejam esclarecidas e rapidamente. Porque relembro, esta Assembleia terá a última palavra a dizer na ratificação ou não desse protocolo. A Câmara não pode assinar um protocolo com o Sport Clube do Beira-Mar, sem que este tenha sido ratificado nesta Assembleia. E portanto, mais uma vez, recorrentemente, pergunto onde está esse protocolo, em que pé está, em que ponto está?*

*Depois Senhor Presidente Teatro Aveirense. Gostava apenas de lhe perguntar como acha que vai ser a programação do Teatro Aveirense para 2004? Melhor, pior, melhor ou pior é difícil de avaliar nesta altura porque o período de funcionamento do Teatro foi ainda muito curto. Como é que vai ser para 2004? Vai Aveiro e esta Câmara apostar decidida e decisivamente nesse equipamento como um equipamento também ele estruturante e centralizador de Aveiro, com impacto regional e nacional como o senhor escreve na sua Comunicação? Vai ou não vai, Senhor Presidente?*

*Terceira questão. Como justifica o Senhor Presidente da Câmara o atraso do programa Aveiro Polis!? Um ano e qualquer coisa de atraso! Não se justifique apenas com o Governo. É fácil para si hoje em dia justificar-se com o Governo. Aliás, essa tem sido a justificação recorrente deste Presidente de Câmara, por sinal também presidente da Distrital Socialista, capitalizando aqui e capitalizando ali, em função de um ou outro cargo que desempenha. Como justifica?*

*Segunda questão em relação ao Polis. A Câmara já realizou ou não a sua parte no capital social da sociedade Aveiro Polis? Duas questões muito concretas e já agora qual é o montante realizado ou por realizar da Câmara no capital social da sociedade Aveiro Polis?*

*Terceira questão. A “Europa dos Pequenitos” aqui convenientemente levantada em anteriores reuniões e relembro uma, em que a deputada Dr.ª Virgínia Veiga aqui disse, que tinha a certeza que a “Europa dos Pequenitos” já não viria para Aveiro. Eu gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se confirma essa certeza. Até porque as palavras da deputada Virgínia Veiga vieram transcritas na comunicação social e, portanto, a fase do alarme já passou, já lá está escrito, que a “Europa dos Pequenitos” no entender de um elemento da bancada Socialista não vem para Aveiro.*

*Gostava de saber se o Senhor Presidente tem informações que corroboram, que confirmam, aquilo que aqui foi dito. Ou se pelo contrário este continua a ser um projecto estruturante que relembro, há seis anos atrás, em final de campanha eleitoral, o Dr. Alberto Souto dizia: “o Prof. Celso lançou um projecto que eu terei muito gosto em inaugurar”.*

*Senhor Presidente, continua a ter gosto, continua a ter esperança em inaugurar este projecto? Em que ponto e em que pé está claramente este projecto, que nós bancada do CDS consideramos um projecto estruturante também para Aveiro.*



*Depois casa Major Pessoa. Para quando o início das obras e o que está a Câmara a fazer em relação a um equipamento que aqui defendeu como fundamental para a cultura aveirense? E já agora, se os financiamentos estão garantidos ou não estão garantidos? Quando começam as obras? Tudo o que estiver relacionado com a Casa Major Pessoa e que o Senhor Presidente da Câmara se fizer o favor de aqui nos comunicar.*

*Capitania. Quando a inauguração? É sabido que esta Assembleia Municipal passará a reunir na capitania. E já agora por falar em Assembleia Municipal, ouvi um rumor eu diria quase assustador. O Senhor Presidente é capaz de nos dizer quanto está a pensar gastar em cada cadeira para cada um dos deputados municipais na nova capitania? É que eu ouvi um rumor e não quero acreditar nele — nesse é que eu não quero acreditar!*

*Por último e para acabar, a ordenação do trânsito. Foi algo em que esta Câmara se empenhou e de que maneira. O Vereador Eduardo Feio e esta Câmara no seu todo apostaram decididamente e decididamente numa alteração viária, em várias alterações de fundo na cidade e no concelho de Aveiro. Eu perguntava a esta Câmara, qual o balanço que faz meses depois, após entrada em funcionamento dessas mesmas alterações. Se considera ou não, como eu considero, que cada vez mais é mais difícil andar de carro em Aveiro! Que cada vez mais Aveiro está altíssimamente congestionada em termos viários. E o que é que esta Câmara está a fazer, para além de aprovar e concessionar parques de estacionamento, para de uma forma visível e fruível, devolver ao munícipe a possibilidade (porque esse, digam o que disserem, esse é um direito que assiste a qualquer um) poder ir de carro daqui ali é um direito que assiste a qualquer um. A não ser que as Câmaras Municipais (e esta é uma delas), assumam como prioridade sua o encerramento de determinadas artérias que considera vitais serem penalizadas. E como tal não foi feito por esta Câmara, como essas prioridades não foram assumidas, gostaria de saber como é que vão resolver esta questão que considero dramática.*

*E já agora, para terminar, relembro que não nesta Comunicação, não na anterior e não na anterior, há três Comunicações atrás, que esta Câmara está em falha com esta Assembleia com algo a que chamou o “relatório de acompanhamento do novo regulamento de taxas e licenças urbanísticas”. Não veio nunca aqui nada daquilo que a Câmara se comprometeu a trazer! Nunca o Senhor Presidente aqui trouxe um número que fosse que justificasse que esta medida votada apenas e só (como é bem sabido) pela bancada do Partido Socialista, foi uma medida bem pensada, bem estruturante, bem estruturada e com algum impacto positivo — porque negativos teve muitos na sociedade aveirense. Muito obrigado.”*

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS)  
Presidente da Mesa

**B**

#### Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Talvez começando aqui pela intervenção do Dr. Jorge Nascimento. “Como é que vamos fazer a alienação de parte da sociedade da PDA.” Isso é um ponto que consta da ordem de trabalhos e, portanto, eu não vou desenvolvê-lo agora. É evidente que iremos fazer por concurso público como na altura se explicará melhor.*

*O loteamento das Glicínias julgo que foi mau exemplo Senhor Dr. Porque também não me agrada a densidade que ali está a aparecer. Mas o Senhor Dr. recordar-se-á que a opção por um loteamento em vez de um Plano de Pormenor vem do tempo do Executivo do Prof. Celso — e, portanto, eu tenho pena que tenha lembrado isso. Na altura, recordo-me que começava a prestar atenção à gestão camarária e foi uma das coisas que me foi dito.*

*Porque é que há uma estrada cortada em Taboeira? Essa é uma questão que irá ser resolvida em breve. Parecia fácil e aos olhos de toda a gente parecia uma abertura fácil de*

fazer, só que justamente em nome da protecção dos direitos dos particulares (que o Dr. Jorge Nascimento tanto gosta de invocar neste processo), havia ali um caso em que não tínhamos chegado a acordo, nem expropriado o proprietário em causa, portanto não foi possível fazer essa ligação. Está resolvido desde a semana passada e portanto, penso que nos próximos dias iremos ter essa ligação efectuada.

Depois o Sr. deputado António Salavessa referiu-se ao Plano da Polis. Eu gostava de lembrar que o Plano da Polis teve três reuniões da Comissão Local de Acompanhamento. Teve duas reuniões que me recorde com a Comissão nesta Assembleia e uma apresentação em plenário; teve inquérito público; teve mais um conjunto de sessões de debate; e duas apresentações públicas nesta fase final no âmbito do inquérito público. Portanto se há coisa que o Plano Polis não pode ser de facto censurado, julgo eu, justamente é por não ter sido objecto de um amplo e prolongado debate público. O resultado que temos é um resultado amadurecido e que virá agora a esta Assembleia, concluído o inquérito público, para que formalmente possa ser aprovado. Porque é que não me referi à revisão do PDM? Porque ela ainda não começou e porque de facto não havia nada a dizer sobre isso. E a análise que estamos a fazer leva-nos a ponderar, que dada a extensão que o Plano de Urbanização constitui no âmbito do território de todo o concelho, a que a revisão do PDM possa ser desencadeado imediatamente a seguir, talvez antes, mas pode ser uma surpresa e virmos a ter uma revisão do PDM muito mais rápido do que inicialmente se previa porque boa parte dela já estará concretizada no âmbito do Plano de Urbanização.

Plano de Urbanização esse, que estará em vias também de ir para inquérito público, concluídos que estão agora todos os pareceres da via-sacra que temos sempre que percorrer quando desenvolvemos estes instrumentos de planeamento!

Também não me referi ao protocolo com a Administração Regional de Saúde, porque Sr. deputado António Salavessa, apesar de estar aprovado em reunião de Câmara ele ainda não foi assinado. E portanto, eu não podia referir-me à assinatura de um protocolo que ainda não está assinado. Temos expectativa que isso ocorra também muito rapidamente, mas ele ainda não está assinado.

Bom e de resto, nós gostaríamos todos que no acolhimento do Euro a cidade estivesse ainda melhor, ainda mais “brinquinho”. Há algumas obras que de facto nós queremos ter concluídas para podermos receber visitantes, pessoas que venham ver os jogos no nosso melhor. Não temos a certeza, eu diria que é até fortemente improvável que quer o túnel, quer a nova estação, estejam concluídos a tempo do Euro 2004. São obras que estão a ser desenvolvidas directamente pela REFER. Na última reunião tentámos tudo por tudo, que nos dessem essa garantia, não foi dada essa garantia e, portanto, não temos infelizmente a possibilidade de poder garantir isso. Vamos ver, estão a fazer os possíveis, mas é fortemente improvável pelo menos a estação é seguro que não estará. É uma obra muito complexa ainda e o túnel também não é provável que venha a acontecer.

Sr. deputado Manuel António Coimbra. Eu gostava muito de lhe dizer (pediu-me que dissesse explicitamente, porque eu o diria melhor e nas palavras da oposição poderia parecer suspeito) que iríamos demolir o estádio Mário Duarte. Eu queria dizer o seguinte e lembrar-lhe o seguinte e eu vou dizê-lo com todas as letras para percebermos a dimensão do choque que o Sr. deputado queria provocar. Eu vou dizer o seguinte, ouça com atenção: o estádio da Luz, a catedral do futebol português foi arrasado, Sr. deputado Manuel Coimbra. O estádio José Alvalade Sr. deputado Manuel Coimbra, foi arrasado. E o estádio das Antas vai ser arrasado. Nós vamos manter um campo relvado, na mesma zona, com a demolição do que tem que ser demolido, mas preservando não apenas a memória do velhinho Mário Duarte, mas um campo de futebol apto para a prática do desporto amador. Portanto, nós devemos relativizar as coisas e não procurar efeitos retóricos de actos que não justificam, porque eles podem ser, de facto, virar-se ao contrário como eu julgo que demonstrei.

*Quanto ao Manuel Firmino. Eu gostava de dizer que quanto ao Manuel Firmino, evidentemente a equipa projectista foi como todos se recordarão escolhida por concurso público. E a surpresa que apareceu em obra, podemos agora discutir tecnicamente se era possível ter sido detectada antes ou não, mas a verdade é que foi detectada. E a opção que tem vindo a ser tomada é no sentido de melhor defender o interesse público. Isto é, sem acréscimo, provavelmente sem acréscimo de custos conseguirmos ter um mercado que com todas as garantias de estabilidade evidentemente, num edifício novo, com a mesma imagem, mas com a mais-valia de ter uma cave que vai permitir resolver o problema de estacionamento à superfície, que estava menos bem resolvido para os operadores, para os utentes, com cargas e descargas, na cave etc. com todas as condições para que o mercado municipal Manuel Firmino possa ser um Mercado tradicional de grande sucesso no centro da cidade como acontece por essa Europa fora.*

*Depois veiculou outro boato que eu já tinha visto também na comunicação social. O de que a Câmara agora foi atingida por uma qualquer vontade de lutar contra a Cultura e decidimos agora encerrar galerias de arte e em especial a Galeria Municipal. Em primeiro lugar, não está excluído sequer que no espaço que estamos a referir a Galeria Municipal, não venha a continuar uma galeria de arte, não está excluído. Eu queria recordar que o edifício não é municipal. Como eu já vi escrito: “a Câmara quer encerrar uma Galeria Municipal para ceder interesses mobiliários” o que é um rematado disparate, com todo o respeito pela pessoa que o disse, mas é um rematado disparate.*

*O edifício não é da Câmara. A Câmara não faz uma mais-valia, não faz um Euro, não faz um cêntimo naquele edifício. Acontece é que não precisamos mais de o utilizar, não precisamos de despender a renda que estamos a pagar todos os meses por ele, evidentemente os proprietários são donos dos seus prédios e tem direito a fazer opções que quiserem, no quadro da lei, dos regulamentos que são aplicáveis. Mas não está excluído naquele mesmo local, no mesmo sítio, venha a continuar uma galeria de arte e era bom que assim fosse. Mas como nós temos de facto que salvaguardar e precaver os interesses dos nossos agentes culturais e os nossos, a Câmara no momento em que abre mão daquele edifício e corre portanto o risco do futuro proprietário com as obras que vai fazer ter que encerrar a galeria durante algum tempo pelo menos, a Câmara corre esse risco, mas promove a abertura ao público de duas novas galerias. A galeria que já está a funcionar episodicamente no edifício dos Paços do Concelho dez metros ao lado e a galeria que sempre esteve prevista Sr. deputado Manuel Coimbra (e eu admira-me que agora faça essa proposta, como se fosse uma proposta nova) sempre esteve prevista no projecto e foi aqui julgo que conversado várias vezes. Sempre foi previsto no rés-do-chão do novo edifício da Capitania. Que o Sr. deputado Manuel Coimbra ainda não visitou (e sublinhou-o três vezes) como que a deixar o remoque que não ter lá ido por culpa da Câmara. A Assembleia já foi convidada e estiveram lá alguns deputados municipais a visitar a obra várias vezes e espero que evidentemente pode lá ir sempre que entender, para perceber que logo no rés-do-chão, está um espaço polivalente que está a ser especialmente preparado para receber no dia da inauguração uma exposição com obras da nossa arqueologia subaquática da ria de Aveiro, se tudo se confirmar.*

*Parque de estacionamento. O parque de estacionamento da Marquês de Pombal, porque é que foram dali retirados os automóveis? Porque isso faz parte do contrato de concessão, que num raio de x metros não pode haver estacionamento gratuito, sobre pena obviamente se frustrar o objecto de concessão. Estamos agora a proceder um arranjo da zona até que o novo Tribunal venha a ser construído, mas como as perspectivas não são muito boas corremos o risco de ter ali dois anos todo o terreno naquele estado. Irá proceder-se a um arranjo no sentido de num dos lados ficar um estacionamento para autocarros de turismo e*

ao lado do convento um relvado para melhorar aquele espaço, que de facto está carecido dessa intervenção qualificadora.

Sobre os táxis marítimos. O projecto continua a ser desenvolvido e esperamos que lá para a Primavera/Verão eles possam estar de facto nos canais e com a qualidade da água que temos vindo a controlar. É verdade e eu aí concebo a informação sobre a qualidade da água, quer uma água para consumo, quer da água dos canais deve ser melhorada e pode ser melhorada. O Eng. Roque está ali a ouvir-me e vai tomar nota disso com certeza. Na próxima Comunicação, para quem não lê os jornais com essa atenção, acho que essa é uma informação que deve constar. Mas queria lembrar aqui, que as duzentas e tal análises que referiu à qualidade da água dos canais, visam justamente percebermos que tipo de descargas e que tipo de poluição é que continua a ser feita clandestinamente para os canais até para melhor as podermos identificar e para no quadro de um plano que também já foi aqui referido, para acabarmos de vez com todas as descargas poluentes nos canais, de forma a termos uma qualidade de água que se aproxime da água balnear. Não para transformarmos o canal central e os canais urbanos em grandes piscinas, mas para termos uma qualidade da água normal da ria, de boa qualidade. E tenho que dizer que os resultados confirmaram aquilo que é visível. Que neste momento a qualidade da água é muito má e está a ser feito esse controle em mais de uma dezena de pontos considerados pontos de referência e estão identificadas as descargas que são feitas e o tipo de poluentes etc. É um trabalho muito difícil de fazer, são centenas (eu não acreditava) de descargas que são feitas para os canais todos os dias, não obstante, oficialmente, nós só temos dois pontos em que o sistema de saneamento continua a drenar para lá — são centenas de pequenos buraquinhos aqui e ali que aparecem em toda a rede de canais urbanos. Portanto esse trabalho é um trabalho muito metuculoso, que está a ser coordenado também com o tratamento e a despistagem das fontes de poluição nas ribeiras a montante dos canais urbanos que descarregam para o sistema de canais urbanos, com a Direcção Regional do Ambiente, por forma a que daqui a uns meses nós nos possamos de facto orgulhar de ter canais urbanos onde podemos tomar banho, organizar uma prova de natação e evidentemente andar de táxis marítimos.

Protocolo com o Beira-Mar. Também vai ser aqui analisado. Há um plano específico, o protocolo já foi rubricado, está mais que acordado e está tudo acordado. Os deputados que estão aqui e que acompanharam a negociação desse protocolo na Assembleia Municipal, sabem que o que está no protocolo assinado com o Beira-Mar, foi aquilo que foi negociado com os membros dessa comissão e negociado passo-a-passo.

Não foi a Comissão que negociou, mas foi a Comissão que fez muitas propostas que foram transmitidas ao Beira-Mar. Umhas foram aceites, outras não. A Comissão da Assembleia acompanhou a par e passo o teor dessas negociações.

Depois, porque é que há atraso do programa Aveiro Polis? O Diogo Machado não queria que eu dissesse que é do Governo, mas eu tenho muito gosto em dizer que é do Governo. Porque o Governo tem 60% do capital do Aveiro Polis, é maioritário. Como tem 60% de todas as cidades do Polis em Portugal, convém que as pessoas não esqueçam isto. E o Governo, não só não aprovou os planos de actividade das sociedades Aveiro Polis, em 2004, bloqueando com isso o acesso às fontes comunitárias de todas as sociedades Polis. Aveiro teve sorte porque nesse momento já tinha o seu plano de actividades aprovado, porque tínhamos trabalhado atempadamente (não vou dizer mais depressa que os outros) como neste momento há de facto algum receio, alguma indefinição, sobre o que venha a ser a política do Governo em relação a este programa. E temos muitos autarcas do PSD (como imaginam, a maioria das Câmaras) preocupados com a sorte que o Governo possa dar a este programa.

*Eu já no outro dia o disse, eu acho que o Governo devia ter frontalidade nesta questão. Se é para atrasar os “relógios” vamos atrasá-los, mas deve ser o Governo a fazê-lo. Não deve deixar o odioso e o ónus desse gesto às autarquias, como se fossem as autarquias culpadas do programa estar a atrasar-se. Aveiro, deixem-me dizer, que no panorama nacional é em termos de obra, só Bragança curiosamente é que está mais avançada que Aveiro e em termos de planos de urbanização, o plano de urbanização de Aveiro é o que está mais avançado tendo concluído inquérito público. É o segundo que conclui inquérito público. Portanto por aí avaliem o que se está a passar com os programas Polis por esse país fora e também aí temos razões para estar orgulhosos. Estamos a desenvolver o projecto de arquitectura e temos algumas perspectivas de que o financiamento possa ser aprovado.*

*O deputado Manuel Granjeia tentou inovar e no que inovou, inovou mal. O resto foi de facto um disco um bocadinho estafado. Continuar a falar e a dizer que o Governo do PS é que não sabe fazer contas e fazemos as contas como o Governo do PS! Sr. deputado António Granjeia devia olhar agora para um passado mais recente e olhar para as contas que a Manuela Ferreira Leite anunciou ao país e o Sr. Primeiro-ministro — e afinal não sei quem é que sabe fazer contas. Os desvios entre as contas do Eng. Guterres e as contas da Manuela Ferreira Leite são já bastante superiores. Aqueles que a Sr.<sup>a</sup> Ministra Manuela Ferreira Leite apresenta ao país, em relação aos seus propósitos e às críticas que efectuou ao anterior Governo. Portanto eu retribuo-lhe o cumprimento porque acho que de facto a situação é agora muito mais grave, a derrapagem foi muito maior e sobretudo a derrapagem não apenas das finanças, mas da economia portuguesa com o que tudo o que isso está a provocar nas empresas, nas famílias, etc.*

*Depois não é só a Manuela Ferreira Leite que não sabe fazer contas: Eu estive a ouvir com atenção e as contas do PP não batem certo com as contas do PCP e também não batem certo com as contas do PSD! Isto em relação à apreciação que fazem das contas da Câmara. Portanto eu suponho que são as três leituras políticas das mesmas contas e as únicas que estão certas são as contas da Câmara. Porque a matemática é só uma e é um bocadinho estranho que com os mesmos números os três grupos retirem números diferentes. É de facto um bocadinho estranho! E, portanto, se há aqui alguém que não sabe fazer contas ou que faz contas à moda do Porto. O exame político está feito. Não há dúvida que houve aqui foi uma análise política das contas, que conduziu às maiores fantasias, que depois os menos prevenidos fixam, tomam notas e depois nós somos brindados na comunicação social com números que até a mim me assustam — mas que de facto não correspondem à realidade.*

*O que nós devemos, Srs. Deputados, vem na Comunicação. O nosso passivo para ser mais rigoroso são os vinte e cinco milhões de euros. E de facto não podemos porque nem os senhores jornalistas já se deixam levar por essa retórica, não se deixem. Nós não podemos continuar a dizer para os senhores jornalistas ouvirem e para toda a audiência, não podemos continuar a misturar dívidas de curto prazo, com dívidas de longo prazo. Eu tenho sempre gosto em lembrar isto. Se quiserem referir nos cinquenta e um milhões de euros (ou seja, dez milhões de contos) de dívida de longo prazo, têm que dizer para serem rigorosos e para não enganarem ninguém, que a Câmara tem vinte anos para pagar essa dívida e que vai ter a receita correspondente a esses vinte anos.*

*E portanto nós não podemos pôr tudo no mesmo saco. E temos que distinguir aquilo que deve ser separado. E porque é que devemos ou porque é que temos esse passivo? Temos este passivo por razões que conhecem. E a pior delas é que o Estado deve-nos muito dinheiro. Essa é a pior de todas. O Estado provocou uma recessão na economia que faz com que de facto as receitas normais não apareçam e que tenha havido quebra de receitas. Eu não queria lembrar isto, mas é de facto triste. É triste que o Estado que já resolveu o problema da bonificação de juros aos clubes continue sem resolver o problema da bonificação dos juros às autarquias e em especial à Câmara de Aveiro. São centenas de milhares de contos.*

*É triste que o Governo que só contribui com um milhão e meio de contos para a obra do Estádio, ainda tenha essa verba, boa parte dela em atraso — é triste! É triste que o Governo em relação às obras das acessibilidades, em relação à qual se comprometeu e assinou, ainda não tenha feito chegar a Aveiro um Euro!? Está a ser pago em todas as outras cidades e municípios que têm estádios — isto é escandaloso e não há razões objectivas que permitam explicar isto!*

*Bem e não torno a falar da Sisa, porque lá para 2005 vamos ter a compensação da Sisa. Mas perante este cenário e todo o cenário da economia, não devem espantar-se que a Câmara de Aveiro esteja apesar de tudo a conseguir e a fazer o que pode para estabilizar a sua dívida e para continuar a investir. Porque se é verdade, como aqui se disse, que este mês nominalmente temos uma dívida, que é uma dívida recorde, nós temos um investimento que é recorde.*

*Aveiro este ano bateu o recorde de investimento na sua história. Nós vamos ultrapassar os oitenta milhões de Euros. E não vale a pena vir com, como veio agora o Prof. Manuel António Coimbra, dizer que nos endividámos. Nós ao contrário de muitas Câmaras no país Sr. Prof. Manuel Coimbra, só fizemos os empréstimos do Euro — mais nada! Não fizemos mais nenhum empréstimo. E mantemos uma belíssima capacidade de endividamento. E é verdade que, como aqui foi referido, estando (eu não vou dizer aberta a porta aos municípios para novos endividamentos) entreaberta a porta — é uma hipótese que deve ser ponderada! Porque nós temos apenas 38% da nossa capacidade de endividamento absorvida. E portanto, a hipótese de um empréstimo que vem em parte equacionada no Plano de Actividades e Orçamento que vos foi submetido, é uma hipótese que deve ser ponderada. Vale a pena neste quadro de dificuldades que o país atravessa, nós de facto libertarmos parte da dívida de curto prazo com fornecedores, empreiteiros, etc. que causa dificuldades reais. Porque não há outros meios neste momento na economia para que essas empresas possam subsistir e transformarmos esta dívida de curto prazo em dívida de longo prazo e esperar que a economia melhore. É um exercício que nós devemos fazer e que espero se for essa a opção da Câmara e os resultados o aconselharem, poder contar com o apoio desta Assembleia. Esperemos é que a Sr.<sup>a</sup> Ministra depois autorize. Porque como todos se recordarão e o Sr. Presidente da Associação Nacional de Municípios (lá estou eu outra vez a invocar o Sr. Presidente da Associação Nacional de Municípios, que é do PSD por coincidência) alertou e bem, a abertura que existe para a capacidade de endividamento também abre a porta a discricionariedades e arbitrariedades, que ninguém acredita que este Governo queira fazer. Isto é: mesmo que haja capacidade de endividamento e mesmo que uma vez aplicados os rácios que o Governo introduziu seja possível efectuar o empréstimo, o Ministro e a Ministra autorizam quem quiser! Isto é uma violação à lei da autonomia financeira das autarquias locais, cuja inconstitucionalidade vai ser suscitada, mas esperemos, estamos todos de boa fé, ninguém acredita que isto queira dizer que só vão aprovar empréstimos a uns e não vão aprovar empréstimos para outros, consoante sabe-se lá o que irá na alma.*

*Finalmente, eu gostava de dizer que estamos a bater este recorde de investimento e não é apenas com o Estádio. Não é apenas com o Estádio, não é com obras de fachada, é com um conjunto de equipamentos importantes que foram aqui referidos, é com o conjunto de vias estruturantes que há muitos anos se reclamavam e que vamos continuar a fazer, é com necessidades afinal essenciais (ao contrário do que aqui também foi dito) como são o saneamento.*

*Nós vamos ficar com todo o município de Aveiro servido por rede de saneamento e isso não me parece que seja uma obra de fachada, muito pelo contrário, é uma obra que causa muitos incómodos, difícil de fazer nestas circunstâncias, mas que nos parece absolutamente*

*essencial ao nosso desenvolvimento e à qualidade de vida dos aveirenses. Muito obrigado Senhor Presidente.”*

### Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

*“Senhor Presidente. Eu nunca pus em causa que houve (contrariamente a outras situações) sessões públicas sobre o Plano de Urbanização do Polis, que houve reuniões, que esteve em inquérito público — eu pergunto é o seguinte; quando é que foi a última reunião da Comissão de acompanhamento? É essa Comissão de acompanhamento que não reuniu para esta fase final do processo. Diz o Senhor Presidente, que a “extensão” do Plano de Urbanização leva a que porventura a discussão do Plano Director Municipal seja mais rápida. Eu, quando falou em “extensão” eu não sabia se estava a falar em “extensão” área ou estava a falar em “extensão” prolongamento no tempo!? Porque de facto, já começa a ser muito tempo para o processo de gestação de um Plano de Urbanização — seguramente oito anos!? É muito tempo para a gestação de um Plano de Urbanização da Cidade. É, de facto, uma forma de ir construindo a cidade à medida dos interesses do momento sem a planear devidamente no tempo.*

*Más notícias. Tivemos más notícias aqui! As notícias de que a estação e o túnel não ficam prontos pela altura do Euro 2004, é uma má notícia para Aveiro. Porque como é óbvio há gente das várias selecções que vêm de avião ou de outro tipo de transporte e que não traz carro e que depois se desloca entre as cidades dos jogos, que se desloca por comboio, e que não será um bom contributo para a imagem de Aveiro. É muito mau! Não estou a dizer que a responsabilidade é da Câmara que fique bem claro. Penso é que é muito mau que outras entidades não tenham percebido a importância de que esta obra ficasse pronta nesta altura. Protocolo com o Beira Mar. Como os Srs. deputados sabem, o agendamento que aí está, desse ponto, resulta da iniciativa do PCP que o agendou. Entretanto, eu pergunto à Mesa se já recebeu da Câmara os ditos cujos para distribuição às bancadas para que com tempo se possam estudar e pronunciar. O Senhor Presidente da Câmara poderá dizer que já me deu uma cópia — e eu digo que sim, é verdade. Mas uma coisa é dar uma cópia ao António Salavessa, outra coisa é fornecer aos Serviços da Assembleia. Se a Câmara não fornecer, então eu saco das minhas cópias, até posso pagar as fotocópias dada a situação financeira e distribui-se então pelas bancadas.*

*Análise das contas, eu respondo por aquilo que afirmei, pelas contas dos outros cada um responderá. Pelas contas que entretanto fizeram. Mais toque de dramatismo, menos toque de dramatismo, a realidade é esta. O Senhor Presidente diz que só contraiu durante o ano passado o empréstimo para o Euro — é verdade e não é verdade! Contraiu um empréstimo de onze milhões de Euros, junto dos fornecedores e outras entidades que foi o aumento da dívida não financeira neste período.*

*Portanto é uma outra forma de falar em números, de falar em contas. Empréstimos nos termos que estão previstos no Orçamento de Estado; não é um empréstimo qualquer. Eu falei de um empréstimo de equilíbrio financeiro. Corresponde a um contrato de equilíbrio financeiro, tem legislação específica, e é acompanhado por medidas efectivas de saneamento financeiro da Câmara. Não é só “venha o empréstimo e dê-se aos fornecedores.” Desde que a Câmara apresentou as trinta medidas e que aliás o PCP tinha alertado na altura para a situação financeira, sabe que há disponibilidade do PCP para se encarar um empréstimo com essas características.”*

Vogal António Granjeira (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

*“Senhor Presidente, acusou-me de ter inovado mal. Eu quando muito renovei. E renovei os números que o Senhor Presidente deu nas Comunicações. Eu não fiz mais nada do que transcrevê-las para uma folha de cálculo, que infelizmente não falha, que infelizmente os serviços não entregam em formato digital (tenho eu que fazer aquele trabalho todo e acreditem que me deu muito trabalho) e devo dizer o seguinte: o Senhor disse que eu não sabia fazer contas. O senhor não sabe ler!? Porque repare uma coisa: eu disse que devia vinte cinco milhões de Euros pelas suas contas, não é pelas minhas. Pelas suas contas, ao dia dez de Dezembro deve vinte e seis milhões (26.006.506.95€), então eu é que não sei ler? É o que aqui está escrito. Faz o favor de confirmar os dados que me entregou.*

*Ainda da leitura, o Senhor diz que investiu oitenta e um milhões de Euros. Oh Senhor Presidente, o Senhor confunde despesas correntes com despesas de capital! Acusam as pessoas e depois não sabem ler as contas! E depois acusou-me de não saber distinguir entre o endividamento a longo prazo e a curto prazo? Senhor Presidente, eu separei (se calhar aqui não se vê muito bem) mas separei-o bem. Repare que se vê bem nos mapas e nos gráficos e eu terei todo o prazer em lhe mostrar uma vez que ninguém acredita neles e eu estou aqui muito à vontade nisto — eu conheço bem as contas da Câmara, estão de facto separados, não estão juntos, não os somei.*

*E já agora em relação às fantasias numéricas. É uma fantasia a ACASA? É uma fantasia o que deve ao pessoal? É uma fantasia o que deve ao Carvoeiro? Para não falar dos outros. Fantasia...! E depois Senhor Presidente, lembrar o triste dinheiro que o Estado lhe deve...*

*E já agora está tão preocupado com a diferença que são três milhões de Euros nas nossas contas, eu proponho uma consolidação contabilística da Oposição e olhe que a diferença vai ser muito baixa.*

*E agora só para acabar. Eu de facto acho que é razoável transferir a dívida de curto prazo para a longo prazo. Eu acho que é inevitável quer dizer — a Câmara não vai ter alternativas. Vamos ter que o fazer para salvar a economia do nosso Concelho. O problema não é esse. O problema é quanto é que isso nos custou a mais? Quanto é que os fornecedores debitam a mais por este facto? Quanto é? Há algum estudo na Câmara feito para isso? Não quer fazer uma comissão na Câmara para estudar esse problema? Mas olhe que de facto, de certeza que esse problema se põe, como é óbvio. Agora os fornecedores são todos (como a Dr.ª Virgínia diz) uns gajos bestiais, são todos altruístas, e andam aqui por amor à causa, que até fornecem assim por fornecer...*

*Vir falar aqui de bites e bytes e de coisas do género, de computadores, era muito mais simples para mim, mas tenho que vir falar destas coisas e custa-me porque ainda por cima tenho que dizer a verdade — que é aquilo que eu sei dizer. Muito obrigado, Senhor Presidente.”*

Vogal António Manuel Coimbra (PPD/PSD)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

Vogal Virgínia Silva Veiga (PS)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara – Para os esclarecimentos tidos por convenientes.



Não se verificando mais intervenções, o Presidente da Mesa deu por encerrada a terceira reunião desta Sessão Ordinária de Dezembro, informando que a próxima reunião será no dia 09 de Janeiro (6.ª feira), pelas 20:30 horas, no auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos.

Eram 24:00 horas do dia 05 de Janeiro de 2004.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:00)